

A LÓGICA DOS DESACORDOS PROFUNDOS

Robert J. Fogelin

Dartmouth College

Tradução por Cello Latini Pfeil

mltpfeil@gmail.com

NOTA INTRODUTÓRIA DO TRADUTOR

Realizo essa tradução em comemoração aos 40 anos desde a primeira publicação do artigo “The Logic of Deep Disagreements”, de Robert J. Fogelin. Originalmente publicado em 1985 e republicado em 2005 no periódico *Informal Logic*, respectivamente [v. 7, n. 1, pp. 1-8] e [v. 25, n. 1, pp. 3-11]. O texto está sob licença CC BY 4.0 (Creative Commons Attribution 4.0 International). DOI: <https://doi.org/10.22329/il.v7i1.2696>.

[I]

A melhor evidência da crescente importância do movimento da lógica informal é o alarde que está causando em círculos mais antigos e conservadores. Muitos pensam que algo ruim ocorreu quando as tabelas da verdade, as regras para dedução natural de Gentzen e as proposições gerais múltiplas na forma normal prenexa foram substituídas por um sistema misto e incipiente de técnicas que, entre outras coisas, não admitem facilmente uma classificação mecânica.

Agora, o movimento da lógica informal está certamente diversificado e flexível, mas uma coisa que o mantém unido é um forte compromisso pedagógico. A tarefa fundamental da lógica em um currículo universitário é desenvolver habilidades e técnicas para a avaliação crítica e a apresentação coerente de argumentos. De modo

negativo, sustenta-se que a lógica formal, como tem sido comumente ensinada, não tem cumprido essa função. É claro que os desacordos aqui não são meramente pedagógicos. A filosofia da linguagem ordinária ainda possui influência e, consequentemente, muitos ainda sustentam que as técnicas da lógica simbólica moderna são inadequadas diante da riqueza, da sutileza e do poder da linguagem ordinária. Sua aplicação distorce mais do que ilumina. Minha opinião, se é que vale de alguma coisa, é que os métodos da lógica formal podem ser usados com proveito para explicar noções fundamentais como validade, forma lógica, tautologias, contradições etc. Essas técnicas são de pouca utilidade na avaliação direta de argumentos reais que ultrapassem um nível mais simples de complexidade. Mas não é isso que quero discutir.

Em sua forma mais tímida (e talvez pior), a lógica informal equivale a pouco mais do que a lógica formal informal. Ela assume os preconceitos – geralmente os preconceitos *dedutivistas* – da lógica tradicional e os repete de forma casual e imprecisa. A ideia de que o único bom argumento é um bom argumento dedutivo persiste, apesar de as pessoas serem mais espertas do que isso. Essa ideia é revelada na prática quando se supõe que um argumento não é bom caso resista aos nossos esforços caridosos de reformulá-lo e torná-lo um argumento dedutivo sólido. É claro que, considerando qualquer argumento que intuitivamente nos pareça sólido, é simples reconstruí-lo de modo a lhe conferir a dignidade de uma forma dedutivamente válida. Basta introduzir uma premissa condicional suprimida contendo uma conjunção das premissas declaradas como antecedentes e a conclusão como consequente e *voilà*, você tem um argumento dedutivamente válido que não pode ser mais questionável do que o argumento com o qual você começou.

$$\begin{array}{c}
 r \\
 \hline
 s \\
 \therefore t
 \end{array}
 \qquad \text{se torna} \qquad
 \begin{array}{c}
 r \\
 \hline
 s \\
 \hline
 \text{se } r \& s, \text{ então } t \\
 [.] t
 \end{array}$$

Se o argumento original parecer válido, é claro que não poderá haver objeção à verdade da premissa suprimida introduzida. (E você nem mesmo se haverá com o problema de Lewis Carroll sobre Aquiles e a Tartaruga⁷⁰, pois tendo produzido um argumento válido, não é preciso continuar).

Não é necessário dizer que uma reconstrução desse tipo é um mero aceno de mãos⁷¹. Nosso objetivo na reconstrução é descobrir os princípios subjacentes que servem de base para nossa intuição inicial de que o argumento é aceitável e, quando o método de reconstrução argumentativa é usado dessa forma, há muito a ser dito a seu favor. Com frequência, quando trazemos à tona os princípios que parecem dar sustentação a um argumento, eles se revelam falsos e somos forçados a rejeitar, ou pelo menos modificar, nosso argumento original. Esse é um procedimento útil – o método Socrático aplicado a princípios básicos em vez de definições –, mas também é um método que pode ser facilmente distorcido pelo chauvinismo dedutivo. Insistir que qualquer argumento aceitável deve admitir uma reconstrução (livre do artifício de acenar com as mãos mencionado acima) que revele sua validade dedutiva pressupõe a inexistência de argumentos indutivos convincentes. Mais uma vez, insistir que nossos princípios básicos estejam isentos de exceções – imunes a todos os contraexemplos, por mais que sejam *recherché*⁷² – é adotar um ideal racionalista e esquecer que muitos de nossos princípios básicos se sustentam não sempre, mas, como diria Aristóteles, apenas na maioria dos casos.

Mas acho que o principal perigo de adotar um modelo dedutivo para todo raciocínio – mesmo que como ideal – é que produz consequências céticas. A exigência de que, em um argumento aceitável, a conclusão deve ser inferida por premissas isentas de exceções produz como consequência que praticamente todos os argumentos cotidianos que parecem perfeitamente adequados não são, de fato, adequados. Em curto prazo, estudantes consideram impressionante essa descoberta de irracionalidade quase universal. A desmascaração tem seus encantos. O efeito a longo prazo é menos salutar. Se os alunos se convencerem de que sempre podem encontrar algo errado em qualquer

⁷⁰N.T.: referência ao diálogo escrito por Lewis Carroll em 1895, para o jornal *Mind*, intitulado “O que a tartaruga falou para Aquiles”.

⁷¹N.T.: essa expressão em inglês, “hand waving”, se refere a algo por demais simplificado, a uma simplificação de um conceito, a um argumento simplista.

⁷²N.T.: expressão francesa que significa procurado, desejado, pesquisado.

argumento (não-trivial) que lhes for apresentado, a distinção entre argumentos bons e ruins será subvertida, e todo o empreendimento de argumentar parece perder o sentido.

De fato, um problema persistente no ensino de lógica é que transformamos nossos alunos em céticos radicais, ainda que por um curto período de tempo. Por exemplo, com frequência os estudantes tratam a noção de vaguidade de tal forma que todos os conceitos sem delimitações claras sejam considerados vagos. Suponho que a noção possa ser usada dessa forma, embora eu não goste dela, mas, como resultado, muitas vezes o aluno descarta como inválidos todos os argumentos que empregam conceitos que admitam casos limítrofes. Um problema semelhante surge com a ambiguidade, os apelos à autoridade, a obliquidade e assim por diante. Aplicadas de forma externa e mecânica, as faláciais padrão não fazem o que deveriam fazer – distinguir argumentos bons de argumentos ruins – já que todos os argumentos acabam sendo ruins.

A resposta para isso, é claro, é que o aluno deve aprender a analisar os argumentos de uma forma que seja sensível aos contextos em que eles ocorrem. Um termo em um argumento pode ser vago, mas o argumento pode não se basear nessa vaguidade. Ou a vaguidade pode enfraquecer o argumento, embora não de forma grave, considerando suas intenções e propósitos gerais. Por fim, um argumento pode conter termos cruciais que sejam *irremediavelmente* vagos – uma expressão comum e interessante que indica que realmente não entendemos o alcance da aplicação de tais termos.

A frase acima pode soar como um clichê. Acho que nunca ouvi alguém dizer diretamente: "Ignore o contexto; ele não importa". Mas voltar-se para o contexto representa um importante desvio da maneira padrão de enxergar os argumentos. Já não se pensa em um argumento apenas como uma estrutura de proposições: em que uma delas é designada como conclusão e as outras como premissas apresentadas em seu nome. Um argumento é produzido pela atividade de argumentar, e argumentar é algo que as pessoas fazem. Além disso, elas o fazem por uma grande variedade de motivos, em um esforço para atingir objetivos muito diferentes. Toulmin estava certo ao tratar dos *usos* da argumentação, não apenas do uso da argumentação.

Aqui, quero examinar um caso muito simples de uso de um argumento (ou troca de razões) para explicar uma conduta. Perguntam a **A** por que ele está indo por uma

determinada estrada e ele responde: “Quero pegar o peixe por último”. Podemos imaginar que essa seja uma resposta conclusiva. Por outro lado, ela pode ser replicada da seguinte forma: “Não, vá para a Grand Union por último; não quero que o sorvete derreta”. Isso também pode ser conclusivo. Mas as coisas também podem se complicar. A pode dizer que o trânsito naquela direção é horrível a essa hora do dia e que seria melhor esperar um pouco para desengarrifar. E ele pode ser esmagado pela resposta “Hoje é sábado”. Sendo as pessoas como são, podemos até imaginar essa discussão se tornando bastante acalorada.

Gostaria de dignificar essa vinheta da vida suburbana com uma pergunta Kantiana: como esse argumento é possível? A resposta (ou parte da resposta) é que as partes envolvidas na conversa compartilham uma grande quantidade de crenças e (se fossem diferentes) preferências. Elas compartilham conhecimento detalhado da geografia local, preferem sorvete congelado a sorvete derretido, peixe fresco a peixe fedorento e assim por diante. Uma característica importante dessas crenças e preferências compartilhadas é que elas se encontram no fundo, não-dito. Elas orientam a discussão, mas não são o objeto da discussão (exceto ocasionalmente: “Você não quer peixe estragado, quer?”). Elas fornecem a estrutura na qual as *razões podem ser organizadas*, sendo que organizar razões trata-se normalmente de citar fatos que os outros já conhecem ou organizar os fatos de forma a deixar nítida sua relevância. Esse é um empreendimento de nível superior, que se apoia na espessa camada sedimentar do indiscutível.

Direi que uma discussão, ou melhor, uma *troca argumentativa* é *normal* quando ocorre em um contexto de crenças e preferências *amplamente* compartilhadas. Além disso, insistirei que, para que uma troca argumentativa seja normal, devem existir procedimentos compartilhados para resolver os desacordos. As pessoas frequentemente discordam sobre questões simples de fato, mas, em geral, concordam com o método para resolver o desacordo. Se você acha que Rod Carew fez mais rebatidas triplas no ano passado do que George Brett, podemos simplesmente pesquisar. Se o livro de registros não te convencer, então é uma perda de tempo conversar com você.

Esse último ponto tem uma importância sistemática. Os livros de registros possuem um status privilegiado nas discussões sobre as conquistas esportivas do passado. É claro que podem conter erros e é possível demonstrar isso. Mas se alguém levantasse objeções gerais à confiança nos livros de registros oficiais (“O que o faz

pensar que pode confiar neles?”), o desafio seria tão bizarro que o descartaríamos em vez de tentar respondê-lo. Podemos imaginar um mundo em que os livros de recordes de beisebol são sistematicamente distorcidos sem que os próprios jogadores dêem um pio. Entretanto, não há razão para supor que nosso mundo seja parecido com esse mundo imaginado. Na verdade, a confiabilidade dos livros de registros oficiais é assumida como parte da estrutura na qual ocorrem discussões desse tipo.

Essas reflexões me levam à seguinte tese: a linguagem da argumentação, incluindo a linguagem da avaliação argumentativa, tem sua principal aplicação no contexto de trocas argumentativas normais ou quase normais. Uma afirmação de que algo mostra (ou demonstra) outra coisa se assemelha em muito a uma afirmação de conhecimento. Em *Da Certeza*, Wittgenstein observa que “Diz-se “Eu sei...” quando se está pronto a indicar razões soberanas. “Eu sei” relaciona-se com a possibilidade de demonstrar a verdade.”(#243)⁷³. Argumentar é o processo de produzir esses fundamentos contundentes. Mas, para serem contundentes, os fundamentos devem ser verdadeiros ou, pelo menos, considerados verdadeiros e, juntamente com outras proposições aceitas, dar suporte adequado à afirmação a ser estabelecida. Assim, a argumentação, ou seja, o envolvimento em uma troca argumentativa, pressupõe um histórico de compromissos compartilhados. Mais Wittgenstein:

341. Isto é, as *perguntas* que formulamos e as nossas *dúvidas* dependem do facto de certas proposições estarem isentas de dúvida serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram.

342. Isto é, pertence à lógica das nossas investigações científicas que certas coisas *de facto* não sejam postas em dúvida.

E uma citação ainda mais conhecida:

344. A minha vida consiste em eu contentar-me com aceitar muitas coisas.

⁷³As passagens de *Da Certeza* de Wittgenstein são do exemplar editado por G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright, traduzido por Denis Paul e G.E.M. Anscombe, J&J Harper, Nova Iorque e Evanston, 1969.

A possibilidade de argumentos, a possibilidade de uma troca argumentativa genuína, depende, como estou sugerindo, do fato de que juntos *nós* aceitamos muitas coisas.

Mas se a argumentação pressupõe esse rico histórico de acordo, como surge o desacordo e qual é a tarefa que resta à argumentação? Uma resposta óbvia é que as pessoas envolvidas em uma troca argumentativa geralmente se interessam pela forma como o argumento é resolvido. A argumentação, como outras atividades humanas, está sujeita a abusos. A argumentação também é uma atividade complexa. É uma habilidade, algo que as pessoas podem fazer bem ou mal. De fato, como Hume viu há muito tempo (em sua discussão “Da probabilidade não-filosófica” no *Tratado*) e como psicólogos cognitivos redescobriram, os seres humanos parecem ser dotados de capacidades inatas para bagunçar as coisas assim que as estruturas argumentativas ultrapassam o nível mais simples de complexidade. (Isso é particularmente verdadeiro no caso de inferências indutivas, em que, por exemplo, a tendência à generalização precipitada e infundada parece estar arraigada no cérebro humano).

Agora, como Michael Scriven insistiu, nossa linguagem comum não-técnica contém um rico sistema de ferramentas críticas para corrigir e avaliar argumentos. Acho que ele está correto, mas tende a se concentrar na parte mais civilizada desse vocabulário. Acho que alguns dos dispositivos argumentativos mais rudimentares também são interessantes. Suponhamos, por exemplo, que eu acuse alguém de ser obstinado.⁷⁴ Isso não é algo generoso de se dizer, mas também não é um insulto espontâneo. Chamar alguém de obstinado é fazer uma acusação bastante específica: que o indivíduo continua a se apegar a uma posição apesar do fato de que foram apresentadas razões convincentes contrárias a ela. Mas convincentes para quem? Estamos dizendo que elas devem ser convincentes para *ele*, ou então não seria correto chamá-lo de obstinado. Ele sabe que elas são verdadeiras e, em outros contextos, de forma menos afeita, reconheceria sua validade.

Novamente, considere a alegação de que alguém é tendencioso. A pessoa que eu acuso de ser tendenciosa tem o direito de perguntar: “Como assim sou tendencioso?” Nesse caso, o ônus recai sobre mim para mostrar que ele suprimiu deliberadamente determinados fatos que apoiam o lado da questão ao qual ele se opõe, ou que suprimiu fatos que vão contra sua própria posição. Agora, o que estou tentando dizer é que as

⁷⁴N.T.: no original, Fogelin usa a expressão “pig-headed”.

acusações de parcialidade e obstinação só fazem sentido em um contexto argumentativo normal (ou quase normal), pois em cada caso é feito um apelo a um solo comum. E quero fazer essa afirmação de forma genérica: a significância de todos os nossos recursos argumentativos é interna aos contextos argumentativos normais (ou quase normais). Para usar uma noção wittgensteiniana, nossas palavras argumentativas são palavras pontuais⁷⁵; elas têm funções muito especiais que passam a existir somente quando palavras com funções regulares já estão presentes.

II

Essas reflexões me levam, finalmente, à questão central deste artigo: o que acontece com os argumentos quando o contexto não é normal ou quase normal? A resposta que parece se impor sobre nós é a seguinte: na medida em que o contexto argumentativo se torna menos normal, a argumentação, nessa medida, torna-se impossível. Não se trata da alegação fraca de que, em tais contextos, os argumentos não podem ser estabelecidos. Trata-se da afirmação mais forte de que as condições para a argumentação não existem. A linguagem da argumentação pode persistir, mas se torna inútil, pois faz um apelo a algo que não existe: um arcabouço compartilhado de crenças e preferências. Aqui eu quero falar sobre *desacordos profundos*. Minha tese, ou melhor, a tese de Wittgenstein, é que os desacordos profundos não podem ser resolvidos mediante o uso de argumentos, uma vez que comprometem as condições essenciais para a argumentação.

O que é um desacordo profundo? Primeiro, deixe-me explicar o que não quero dizer com essa noção. Um desacordo pode ser intenso sem ser profundo. Um desacordo também pode ser irresolvível sem ser profundo. Posso argumentar até ficar envergonhado tentando te convencer de algo sem conseguir. A explicação para isso pode ser o fato de que um de nós é tolo ou obstinado. E essa é uma questão que poderia ser colocada sem sombra de dúvida para, digamos, um espectador imparcial. Mas há um tipo muito diferente de desacordo quando decorre de um conflito entre princípios subjacentes. Nessas circunstâncias, as partes podem ser imparciais, livres de preconceitos, consistentes, coerentes, precisas e rigorosas e, ainda assim, discordar. E discordar profundamente, não apenas superficialmente. Agora, quando falo sobre princípios subjacentes, estou pensando no que outros (Putnam) chamaram de

⁷⁵N.T.: na versão original, Fogelin usa o termo “odd-job”, que significa algo não ordinário, pouco usual.

proposições estruturais, ou no que Wittgenstein estava inclinado a chamar de regras. Temos um desacordo profundo quando o argumento é gerado por um choque entre proposições estruturais.

Um exemplo pode ajudar. Uma característica marcante do movimento da lógica informal é a substituição de argumentos artificiais e inventados por argumentos genuínos, complexos e urgentes. A moralidade do aborto tem sido um dos tópicos favoritos. Em primeiro lugar, os argumentos de ambos os lados dessa questão podem ser submetidos a críticas normais, ou seja, críticas que devem ser aceitas a menos que o argumentador seja tendencioso, obstinado, etc. Uma argumentação sobre qualquer assunto pode ser questionadora, tendenciosa, parcial, vaga e assim por diante. É característico dos desacordos profundos o fato de eles persistirem mesmo quando as críticas normais já foram respondidas. Outra característica dos desacordos profundos é que eles são imunes a apelos aos fatos. As partes em lados opostos do debate sobre o aborto podem concordar com uma ampla gama de fatos biológicos – quando o batimento cardíaco começa no feto, quando as ondas cerebrais aparecem pela primeira vez, quando há viabilidade etc., mas continuam a discordar sobre a questão moral. Seu desacordo pode até sobreviver a um acordo geral sobre questões morais: por exemplo, sobre a santidade da vida humana, pois a questão central do debate sobre o aborto é o status moral do feto e isso não pode ser resolvido por um apelo a fatos biológicos ou pela citação de princípios morais já restritos a agentes morais ou pacientes.

Aqui, o seguinte diagnóstico da situação é tentador. O que chamei de desacordos profundos são gerados por conflitos entre proposições estruturais. Eles permanecem resistentes à resolução porque as fontes do desacordo – as proposições estruturais – ficam em segundo plano, trabalhando à distância. O caminho para colocar o debate em uma base racional é trazendo à tona essas proposições subjacentes e então discuti-las diretamente.

Isso soa atraente até considerarmos como seria essa discussão em detalhes. Por um lado, alguém sustentará que, durante a concepção ou, para ser delicado, logo após a concepção, uma alma imortal entra no óvulo fertilizado e, com isso, a condição de pessoa é alcançada. Por que alguém deveria acreditar em algo assim? Bem, isso faz parte de uma tradição mais ampla, fundamentada na revelação, sustentada e aprofundada pela fé. Não sei o quão bem estou me saindo ao representar essa posição, meu coração não bate muito forte por ela, mas o ponto que estou tentando defender é que, quando investigamos a fonte de um desacordo profundo, não encontramos

simplesmente proposições isoladas (“O feto é uma pessoa.”), mas sim todo um sistema de proposições que se apoiam mutuamente (e paradigmas, modelos, estilos de agir e pensar) que constituem, se me permitem usar a expressão, uma forma de vida.

Acho que a noção de uma forma de vida é perigosa, especialmente quando usada no singular. É mais adequado dizer que uma pessoa participa de uma variedade de formas de vida que se sobrepõem e se entrecruzam de várias maneiras. Algumas dessas formas de vida têm pouco a ver com outras. Isso explica por que podemos entrar em discussões e argumentos razoáveis sobre uma ampla gama de assuntos com uma pessoa que acredita, como pensamos, em coisas perfeitamente insanas, por exemplo, que a preocupação com a conservação dos recursos naturais é ímpia, pois nega a iminência do segundo advento. Mas se uma pessoa acredita nisso, podemos confiar nela em alguma outra questão? A resposta pode ser que sim. Ela pode, por exemplo, ser uma especialista em opções de aluguel de curto prazo.

Portanto, não quero exagerar. Afirmar que existem desacordos profundos não significa que eles sejam comuns. E, novamente, um desacordo pode ser acalorado sem ser profundo. Mas se desacordos profundos podem surgir, que procedimentos racionais podem ser usados para sua resolução? O rumo dessa discussão leva à resposta NENHUM. Como essas ideias vêm de Wittgenstein, vou citar suas próprias palavras. Perto do final de *Da Certeza*, há a seguinte série de parágrafos:

608. Será errado que eu me guie nas minhas ações pelas proposições da física? Devo dizer que não tenho bons fundamentos para o fazer? Não é isso, precisamente, o que chamamos um “bom fundamento”?

609. Suponha-se que encontramos pessoas que não consideram isso como razão forte. Como é que imaginamos tal? Em vez do físico, elas consultam um oráculo. (E, por isso, consideramo-las primitivas.) É errado que consultem um oráculo e se guiem por ele? — Se chamamos a isso “errado”, será que não estamos a usar o nosso jogo de linguagem como uma base para *combater* o seu?

610. E estamos certos ou errados ao combatê-lo? Evidentemente que há todas as espécies de chavões que serão usados para apoiar o nosso procedimento.

611. Quando se encontram dois princípios que não podem conciliar-se um com outro, os que defendem um declaram os outros loucos e heréticos.

612. Eu disse que “combateria” o outro homem — mas não lhe indicaria *razões*? Certamente; mas até onde é que chegam? No fim das razões vem a *persuasão* (Pense no que acontece quando os missionários convertem os nativos.)

Se voltarmos agora ao movimento da lógica informal, descobriremos que esse movimento não evitou desacordos profundos. Pelo contrário, ele se apoderou deles com entusiasmo. E, às vezes, pelo menos, os trabalhos em lógica informal dão a impressão de que possuem os recursos para resolver tais desacordos. Com Wittgenstein, sou céptico em relação a essas afirmações. Para ilustrar isso, considerarei um caso de desacordo profundo, a disputa sobre cotas de ação afirmativa, as chamadas cotas de “discriminação reversa”.

Como lógicos informais, podemos dizer muito sobre as características superficiais desse debate. Podemos apontar, por exemplo, que a expressão “discriminação reversa” é tendenciosa. De fato, podemos dizer várias coisas sobre a coerência e a força dos argumentos de cada lado da questão. No entanto, no fundo, aqueles que se opõem às cotas de ação afirmativa têm um argumento muito forte a seu favor. É um argumento de justiça. As cotas de ação afirmativa são tanto superinclusivas quanto subinclusivas no que diz respeito à distribuição de benefícios. Muitos dos que se beneficiam dessas cotas não sofreram preconceito, nem estão em desvantagem devido ao preconceito. Ao mesmo tempo, muitos que sofreram preconceito e estão em desvantagem por causa disso não receberão benefícios semelhantes simplesmente porque não fazem parte da classe coberta pelo programa de ação afirmativa. Mais preocupante ainda é o fato de que as cotas de ação afirmativa são tanto subinclusivas quanto superinclusivas em relação aos ônus que impõem. Muitos que se beneficiaram com discriminações passadas não são onerados com os custos de sua retificação e, pior ainda, muitos indivíduos que comprovadamente não lucraram com discriminações passadas são onerados. Por fim, esses maus ajustamentos, como são chamados, não podem ser tidos como um deslize administrativo menor e inevitável. As cotas de ação afirmativa não são apenas injustas, elas são significativa e evitavelmente injustas.

É claro que o argumento acima poderia ser fortalecido, por exemplo, citando estatísticas apropriadas e, nem é preciso dizer, que algumas de suas premissas factuais podem ser contestadas. Aqui, quero considerar uma resposta bem diferente que não desafia, ou pelo menos não precisa desafiar, nenhuma das alegações de fato do argumento acima. Ela assume a seguinte forma. O preconceito que estamos considerando, por exemplo, contra as minorias, não foi dirigido contra elas como indivíduos, mas como membros de um determinado grupo. Não se trata, como se vê, de

que muitas pessoas que sofreram preconceito racial são negras; pelo contrário, elas sofreram preconceito *por serem* negras. Além disso, foram vítimas de preconceito por um grupo identificável: a maioria branca dominante. O preconceito, e as desvantagens que o acompanham, é um fenômeno de grupo. A demanda por retificação, portanto, não é a reivindicação de um indivíduo contra outro, mas a reivindicação de um grupo contra outro. O fato de que a minoria negra possui uma reivindicação justa contra a maioria branca é amplamente comprovado por um registro histórico e por estatísticas que ninguém nega.

Quero dizer que estamos lidando aqui com um desacordo profundo porque as partes de ambos os lados podem concordar em todas as questões históricas e estatísticas, mas ainda assim discordam. A disputa é, de fato, relativa à *posição moral*. (Dessa forma, ela é semelhante às disputas relacionadas ao aborto, e isso pode explicar, pelo menos em parte, sua intratabilidade). O argumento anti-cota baseia-se na suposição de que somente indivíduos possuem reivindicações morais. O argumento pró-cota baseia-se na suposição de que grupos sociais podem ter reivindicações morais contra outros grupos sociais. Mas a palavra “suposição” é muito fraca. Os argumentos de cada lado são levados adiante dentro da estrutura de tais compromissos. Existe alguma maneira de arbitrar um conflito desse tipo? Confesso que não vejo como.⁷⁶

III

Quando os Pitagóricos descobriram a irracionalidade da raiz quadrada de dois, eles juraram segredo a si mesmos – ou assim conta a história. Talvez devêssemos adotar a mesma estratégia com relação a desacordos profundos. Nossa empreendimento depende, pelo menos em parte, da suposição de que o pensamento claro e sincero pode resolver questões fundamentais. Mas se no final, e às vezes o final está muito próximo, tivermos que recorrer à persuasão, o que há de tão ruim em usar essas técnicas desde o

⁷⁶Segundo minha experiência, todo mundo vê alguma força nos argumentos contra as cotas de ação afirmativa que apelam para os direitos dos indivíduos. Muitos, entretanto, veem pouca força no contra-argumento com seu apelo aos direitos dos grupos. Para uma apresentação articulada desse segundo ponto de vista, consulte “Groups and the Equal Protection Clause”, de Owen M. Fiss, em *Equality and Preferential Treatment*, editado por Marshal Cohen, Thomas Nagel e Thomas Scanlon, Princeton University Press, Princeton, 1977. Essa leitura apresenta uma coleção de declarações contundentes de ambos os lados dessa questão.

início? Há uma resposta para isso. No contexto de um argumento normal, as pessoas alegam estar invocando um terreno mutuamente aceitável, e podem ser responsabilizadas por essa pretensão. Ainda assim, o que devemos dizer sobre desacordos profundos? Podemos insistir que nem todo desacordo é profundo, que mesmo com desacordos profundos, as pessoas podem argumentar bem ou mal. No final, porém, devemos dizer a verdade: há desacordos, às vezes sobre questões importantes, que, por sua natureza, não são passíveis de resolução racional.⁷⁷

⁷⁷Neste ensaio, concentrei-me nos desacordos profundos que surgem devido a conflitos entre estruturas de crenças. Desacordos profundos também podem surgir devido a divergências nas escalas de preferências. Não é preciso dizer que as estruturas de crenças e as escalas de preferências estão inter-relacionadas de maneiras importantes e, por essa razão, os desacordos profundos são certamente mais complexos (e talvez até mais intratáveis) do que o indicado aqui.